Geographia Meridionalis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas

http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/index

ISSN 2446-9165
Recebido em: 29/04/2026
Revisões requeridas em: 27/09/2026
Aceito em: 23/10/2026
Publicado em: 07/11/2026

COZINHAS COMUNITÁRIAS E INSEGURANÇA ALIMENTAR EM SANTA MARIA/RS: UMA ANÁLISE TERRITORIAL

COMMUNITY KITCHENS AND FOOD INSECURITY IN SANTA MARIA/RS: A TERRITORIAL ANALYSIS

COCINAS COMUNITARIAS E INSEGURIDAD ALIMENTARIA EN SANTA MARIA/RS: UN ANÁLISIS TERRITORIAL

Liliane Milani de Moraes
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Departamento de Geociências, Santa Maria, Brasil. E-mail: lilianemilani.m@gmail.com.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7496-0982

Marcelo Cervo Chelotti
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Departamento de Geociências, Santa Maria, Brasil. E-mail: mcervochelotti@gmail.com.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5236-7272

Natália Lampert Batista
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Departamento de Geociências, Santa Maria, Brasil. E-mail: natalia.batista@ufsm.br.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1884-2340

RESUMO

Este artigo analisa as dinâmicas socioespaciais da insegurança alimentar em Santa Maria/RS a partir da atuação territorial de quatro cozinhas comunitárias. Parte-se da compreensão de que o acesso à alimentação não depende apenas da oferta de refeições, mas das condições concretas produzidas no território, envolvendo mobilidade, proximidade, vínculos comunitários e presença seletiva de políticas públicas. Metodologicamente, o estudo articula observação sistemática do cotidiano das unidades, organização e análise de registros de atendimento e procedimentos de análise espacial em ambiente SIG, com geocodificação e anonimização dos endereços das famílias atendidas. Os resultados evidenciam padrões distintos de área de influência: enquanto algumas cozinhas apresentam atendimento fortemente enraizado no próprio bairro e em áreas adjacentes, outras extrapolam limites administrativos, revelando fluxos intraurbanos associados à desigual distribuição de serviços alimentares e às restrições de deslocamento no cotidiano. As práticas de preparo e distribuição observadas indicam que as cozinhas operam como infraestruturas comunitárias de cuidado e apoio social, ao mesmo tempo em que tornam visíveis lacunas na cobertura territorial das ações públicas. Conclui-se que a insegurança alimentar se manifesta de forma territorializada em Santa Maria, exigindo políticas sensíveis às especificidades intraurbanas e articuladas às iniciativas comunitárias.

Palavras-chave: Desigualdades intraurbanas; Direito à alimentação; Vulnerabilidade socioespacial; Políticas públicas; Infraestruturas comunitárias.

ABSTRACT

This article analyzes the socio-spatial dynamics of food insecurity in Santa Maria, Rio Grande do Sul, based on the territorial operation of four community kitchens. The study is grounded in the understanding that access to food depends not only on the availability of meals, but also on the concrete conditions produced within the territory, including mobility, spatial proximity, community ties, and the selective presence of public policies. Methodologically, the research combines systematic observation of the daily operation of the kitchens, organization and analysis of service records, and spatial analysis procedures using Geographic Information Systems (GIS), with geocoding and anonymization of the addresses of assisted families. The results reveal distinct patterns of areas of influence: while some kitchens show service provision strongly rooted in their immediate neighborhoods and adjacent areas, others extend beyond administrative boundaries, exposing intra-urban flows associated with the unequal distribution of food services and everyday mobility constraints. The observed food preparation and distribution practices indicate that community kitchens operate as local infrastructures of care and social support, while simultaneously making visible gaps in the territorial coverage of public actions. The study concludes that food insecurity manifests itself in a territorialized manner in Santa Maria, requiring policies that are sensitive to intra-urban specificities and articulated with community-based initiatives.

Keywords: Intra-urban inequalities; Right to food; Socio-spatial vulnerability; Public policies; Community infrastructures.

RESUMEN

Este artículo analiza las dinámicas socioespaciales de la inseguridad alimentaria en Santa Maria/RS a partir de la actuación territorial de cuatro cocinas comunitarias. Se parte de la comprensión de que el acceso a la alimentación no depende únicamente de la oferta de comidas, sino de las condiciones concretas producidas en el territorio, que involucran la movilidad, la proximidad, los vínculos comunitarios y la presencia selectiva de políticas públicas. Metodológicamente, el estudio articula la observación sistemática del funcionamiento cotidiano de las unidades, la organización y el análisis de los registros de atención, y procedimientos de análisis espacial en un entorno de Sistemas de Información Geográfica (SIG), con geocodificación y anonimización de las direcciones de las familias atendidas. Los resultados evidencian patrones diferenciados de áreas de influencia: mientras algunas cocinas presentan una atención fuertemente arraigada en el propio barrio y en áreas adyacentes, otras superan los límites administrativos, revelando flujos intraurbanos asociados a la distribución desigual de los servicios alimentarios y a las restricciones de desplazamiento en la vida cotidiana. Las prácticas de preparación y distribución observadas indican que las cocinas comunitarias operan como infraestructuras comunitarias de cuidado y apoyo social, al tiempo que hacen visibles las brechas en la cobertura territorial de las acciones públicas. Se concluye que la inseguridad alimentaria se manifiesta de forma territorializada en Santa Maria, lo que exige políticas sensibles a las especificidades intraurbanas y articuladas con las iniciativas comunitarias.

Palabras clave: Desigualdades intraurbanas; Derecho a la alimentación; Vulnerabilidad socioespacial; Políticas públicas; Infraestructuras comunitarias.

1 Introdução

A insegurança alimentar permanece como uma das expressões mais persistentes e reveladoras das desigualdades sociais que estruturam o espaço urbano brasileiro. Embora frequentemente associada à insuficiência de renda ou à escassez de alimentos, sua manifestação concreta está profundamente vinculada aos modos pelos quais o território é produzido, organizado e apropriado, refletindo desigualdades historicamente construídas no espaço urbano (SANTOS, 2006). Desse modo, a fome não constitui um fenômeno natural, mas o produto de processos sociais e territoriais que distribuem de maneira desigual os recursos e as condições de reprodução da vida (HONÓRIO et al., 2021; RIBEIRO, FERREIRA e SALLES-COSTA, 2025).

Pela perspectiva geográfica, o território não pode ser compreendido apenas como suporte físico das ações humanas, mas como dimensão ativa, constituída pela articulação entre objetos, práticas e relações sociais que estruturam o cotidiano e delimitam possibilidades de ação (SANTOS, 2006; SIQUEIRA et al., 2024). É nesse território vivido que as desigualdades se materializam e orientam percursos, ritmos e oportunidades. Aplicada ao debate da insegurança alimentar, essa abordagem permite compreender que o acesso a alimentos adequados depende das condições concretas (espaciais, econômicas e socioculturais) que viabilizam ou impedem que indivíduos e famílias garantam esse direito de forma regular e digna (RIBEIRO et al., 2024; LIMA et al., 2025).

Nesse sentido, a segurança alimentar e nutricional não se restringe à existência ou à disponibilidade de alimentos, mas envolve as condições necessárias para que seu acesso se realize de forma regular, adequada e socialmente digna. No Brasil, essa compreensão encontra respaldo na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que define a segurança alimentar e nutricional a partir da realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e sem comprometer outras necessidades essenciais (BRASIL, 2006). Considerada a partir do território, essa noção permite reconhecer que a efetivação desse direito também depende das condições concretas de acesso produzidas no espaço urbano. Seu comprometimento, portanto, não se manifesta de maneira homogênea, mas acompanha desigualdades que diferenciam grupos sociais e parcelas da cidade.

Estudos recentes indicam que a insegurança alimentar está associada a padrões de desigualdade socioespacial, manifestando-se nas diferentes condições de disponibilidade de alimentos no

espaço urbano. Em algumas áreas, classificadas como *food deserts*, o acesso a alimentos frescos e nutritivos é muito limitado, enquanto em outras, chamadas de *food swamps*, há predominância de alimentos ultraprocessados e pouco saudáveis. Tais situações concentram-se sobretudo em zonas vulneráveis, marcadas por menor renda e serviços urbanos insuficientes, o que demonstra que a desigualdade social e econômica molda o acesso regular a alimentos adequados. Dessa forma, a configuração alimentar do território não se restringe à simples disponibilidade de alimentos, mas está diretamente relacionada a fatores como renda, oferta de serviços essenciais e vulnerabilidade social (HONÓRIO et al., 2021; SIQUEIRA et al., 2024; RIBEIRO, FERREIRA e SALLES-COSTA, 2025; VIEIRA et al., 2025).

No Brasil, a pandemia de COVID-19 não apenas ampliou os níveis de insegurança alimentar, sobretudo em suas formas moderada e grave, como também expôs e intensificou desigualdades territoriais já consolidadas no acesso à alimentação adequada, tanto em áreas urbanas quanto rurais (RIBEIRO, FERREIRA e SALLES-COSTA, 2025; GALINDO et al., 2025). A precariedade das condições de moradia e saneamento constitui dimensão estruturante dessa realidade, pois o acesso insuficiente a serviços básicos não representa fator isolado, mas expressão de desigualdades socioespaciais que elevam significativamente a probabilidade de insegurança alimentar entre domicílios vulneráveis (RIBEIRO et al., 2024).

No âmbito das cidades médias brasileiras, essas dinâmicas assumem contornos particulares. A compreensão dessas cidades não se restringe ao tamanho populacional, envolvendo também as funções que desempenham, sua inserção na rede urbana e a organização de seu espaço intraurbano (CORRÊA, 2007; SPOSITO, 2007). Nessa perspectiva, a condição de cidade média está relacionada aos papéis de intermediação exercidos entre diferentes centros e escalas da rede urbana, bem como às relações socioespaciais que se estabelecem em seu interior. Frequentemente associadas a uma suposta homogeneidade socioespacial e a melhores condições de vida quando comparadas aos grandes centros metropolitanos, essas cidades apresentam, contudo, fragmentações internas significativas. A coexistência de áreas relativamente bem equipadas com bairros marcados por precariedade urbana, vulnerabilidade social e acesso limitado a serviços constitui uma expressão da produção desigual do espaço nesses contextos, demonstrando que a fragmentação do tecido urbano não é exclusiva das metrópoles (SIQUEIRA et al., 2024; LIMA et al., 2025). Conforme argumenta Harvey (1980), a distribuição seletiva das infraestruturas e das oportunidades urbanas constitui elemento central na organização desigual do território. Nesse sentido, a insegurança alimentar configura-se como

expressão dessa seletividade, resultante da atuação diferenciada das políticas públicas e da distribuição desigual de recursos e serviços no espaço urbano.

Nesse contexto, Santa Maria, localizada na região central do Rio Grande do Sul, exerce importante função regional, sendo classificada pela Região de Influência das Cidades (REGIC) como Capital Regional C (IBGE, 2020). Segundo o Censo Demográfico de 2022, o município possui 271.735 habitantes distribuídos em uma área territorial de 1.780,194 km², com densidade demográfica de 152,64 habitantes por km². Aproximadamente 95% da população concentra-se na área urbana (IBGE, 2022), organizada em 42 bairros (SANTA MARIA, 2025a), enquanto o território municipal compreende ainda dez distritos administrativos (SANTA MARIA, 2018).

A dinâmica econômica e urbana de Santa Maria foi historicamente marcada pelas atividades ferroviária e militar, bem como pelo desenvolvimento do comércio e da prestação de serviços e pela presença de instituições de ensino superior, elementos que contribuíram para a consolidação de sua centralidade regional (ROCHA FILHO, 1993). No que se refere à economia municipal, dados do IBGE referentes a 2023 indicam um PIB per capita de R$ 40.230,46. Essa centralidade e relevância econômica, entretanto, coexistem com expressivas desigualdades socioespaciais, evidenciadas pela concentração de situações de privação social e vulnerabilidade socioeconômica em determinadas parcelas da cidade (SPODE, 2020). Desse modo, Santa Maria apresenta um espaço urbano heterogêneo, no qual a concentração de atividades e serviços convive com territórios marcados por condições desiguais de acesso a recursos e oportunidades.

Diante dessas desigualdades, as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional assumem particular relevância no município. Dados da Secretaria de Município de Desenvolvimento Social indicam que aproximadamente 29,8 mil pessoas, correspondentes a cerca de 11% da população, são atendidas por algum programa de Segurança Alimentar e Nutricional em Santa Maria (SANTA MARIA, 2023). Entre as iniciativas que integram essa política estão as cozinhas comunitárias, presentes em diferentes bairros da cidade e voltadas ao atendimento de populações em situação de vulnerabilidade. O município conta com dez unidades, cuja distribuição territorial expressa a inserção desses equipamentos nas ações locais de enfrentamento à insegurança alimentar (SANTA MARIA, 2025b).

As desigualdades socioespaciais que marcam Santa Maria também se expressam nas condições de acesso a direitos básicos, entre eles a alimentação adequada. Nesse contexto, as cozinhas comunitárias constituem respostas territorializadas às demandas por alimentação,

particularmente em áreas onde a presença do Estado se mostra insuficiente ou irregular (SIQUEIRA et al., 2024). Esses espaços ultrapassam a oferta de refeições, constituindo também redes de cuidado e apoio social sustentadas por práticas de solidariedade, relações comunitárias e articulações institucionais estabelecidas no território (HONÓRIO et al., 2021; GALINDO et al., 2025).

A atuação das cozinhas comunitárias permite compreender como a insegurança alimentar se expressa no cotidiano e de que modo as condições territoriais interferem no acesso à alimentação. Aspectos como a proximidade entre a moradia e o ponto de atendimento, as condições de mobilidade, os horários de funcionamento e os vínculos comunitários influenciam as possibilidades de acesso das famílias às refeições. A efetivação da segurança alimentar, portanto, depende de condições territoriais, sociais e econômicas que incidem sobre a capacidade dos indivíduos de acessar a alimentação de forma regular, adequada e socialmente digna (VIEIRA et al., 2025; LIMA et al., 2025).

Diante disso, este artigo tem como objetivo geral analisar as dinâmicas socioespaciais da insegurança alimentar em Santa Maria/RS a partir da atuação territorial de quatro cozinhas comunitárias. De modo específico, busca-se delimitar as áreas de influência dessas cozinhas, analisar a distribuição espacial das famílias atendidas por bairro e compreender como fatores territoriais condicionam o acesso cotidiano à alimentação. Parte-se do entendimento de que o território não atua apenas como cenário dessas práticas, mas como elemento ativo que organiza fluxos, limita deslocamentos e estrutura estratégias cotidianas de enfrentamento da insegurança alimentar (HONÓRIO et al., 2021; SIQUEIRA et al., 2024; RIBEIRO, FERREIRA e SALLES-COSTA, 2025).

Metodologicamente, o estudo se fundamenta na articulação entre observação sistemática das rotinas das cozinhas comunitárias, análise dos registros de atendimento e procedimentos de análise espacial com apoio de ferramentas de Sistema de Informações Geográficas (SIG). A seleção das cozinhas analisadas priorizou a profundidade qualitativa, possibilitando apreender, de forma territorializada, as relações entre práticas cotidianas, organização do espaço urbano e acesso à alimentação em diferentes contextos intraurbanos.

O artigo está organizado em seções que apresentam, inicialmente, o percurso metodológico adotado, seguido das análises sobre áreas de influência das cozinhas comunitárias, distribuição territorial das famílias atendidas e fatores territoriais que condicionam o acesso à alimentação. Por fim, nas considerações finais, retomam-se os principais achados e discutem-se as

contribuições do estudo para a compreensão da insegurança alimentar em cidades médias e para a formulação de políticas públicas sensíveis às especificidades territoriais.

2 Procedimentos Metodológicos

Este artigo resulta de pesquisa acadêmica sobre as dinâmicas socioespaciais da insegurança alimentar em Santa Maria/RS considerando a atuação das cozinhas comunitárias no espaço urbano. O detalhamento completo dos procedimentos metodológicos encontra-se descrito em estudo mais amplo que fundamenta esta análise. O recorte apresentado foi construído de modo a atender ao formato de artigo científico, sem prejuízo da consistência metodológica e da profundidade analítica.

Ao longo da pesquisa, foram acompanhadas dez cozinhas comunitárias em diferentes momentos e escalas de observação. Para fins deste artigo, a análise concentra-se em quatro dessas cozinhas, selecionadas de modo a possibilitar maior aprofundamento empírico e territorial. A escolha dessas quatro cozinhas não teve como finalidade a representatividade estatística do conjunto das iniciativas existentes no município, mas a profundidade analítica. O critério central adotado foi a acessibilidade à pesquisa, compreendida em dois sentidos complementares: (i) a possibilidade de acompanhamento sistemático do cotidiano de funcionamento das cozinhas, desde a organização interna até a distribuição das refeições; e (ii) a autorização para acesso e organização dos registros das famílias atendidas. Esses critérios permitiram a construção de um conjunto de informações qualitativas e espaciais consistentes, fundamentais para a análise proposta.

A produção dos dados ocorreu ao longo do desenvolvimento da pesquisa doutoral, entre 2023 e 2025, e baseou-se na articulação entre observação direta do cotidiano das cozinhas comunitárias, registro de informações fornecidas pelos responsáveis pelas unidades e sistematização dos dados referentes às famílias atendidas. As observações contemplaram aspectos relacionados à dinâmica diária de funcionamento, aos fluxos de pessoas, aos horários de atendimento, às formas de organização interna e às interações estabelecidas no território. Esses elementos foram centrais para compreender como o acesso à alimentação se realiza no cotidiano e de que maneira fatores territoriais condicionam essa experiência.

As informações de natureza secundária utilizadas na pesquisa foram obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS). Do IBGE, mobilizaram-se informações demográficas referentes ao município

de Santa Maria e aos bairros onde se localizam as cozinhas comunitárias analisadas, contribuindo para a caracterização do contexto populacional e socioespacial desses territórios. Já a partir da SMDS, por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional, foram reunidas informações institucionais sobre as cozinhas comunitárias existentes no município, incluindo dados relativos à sua distribuição territorial, formas de funcionamento e vinculação às políticas públicas municipais.

No que se refere à análise espacial, os dados referentes às famílias atendidas pelas quatro cozinhas foram organizados a partir dos endereços informados nos registros das próprias unidades. Esses endereços foram geocodificados e trabalhados em ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG), permitindo a elaboração de mapas que representam a distribuição espacial das pessoas atendidas no território urbano de Santa Maria. Com o objetivo de preservar o anonimato das famílias, adotaram-se procedimentos de anonimização espacial, assegurando a confidencialidade das informações individuais sem comprometer a leitura dos padrões territoriais observados.

A cartografia apresentada neste artigo corresponde, portanto, a um mapa da distribuição das pessoas atendidas pelas quatro cozinhas comunitárias analisadas, utilizado como instrumento analítico central. Essa representação permite identificar áreas de maior concentração, padrões de proximidade em relação às unidades e fluxos intraurbanos que extrapolam os limites imediatos dos bairros onde as cozinhas estão inseridas. Desse modo, a cartografia contribui para compreender o território não apenas como localização das cozinhas, mas como elemento ativo na organização do acesso cotidiano à alimentação.

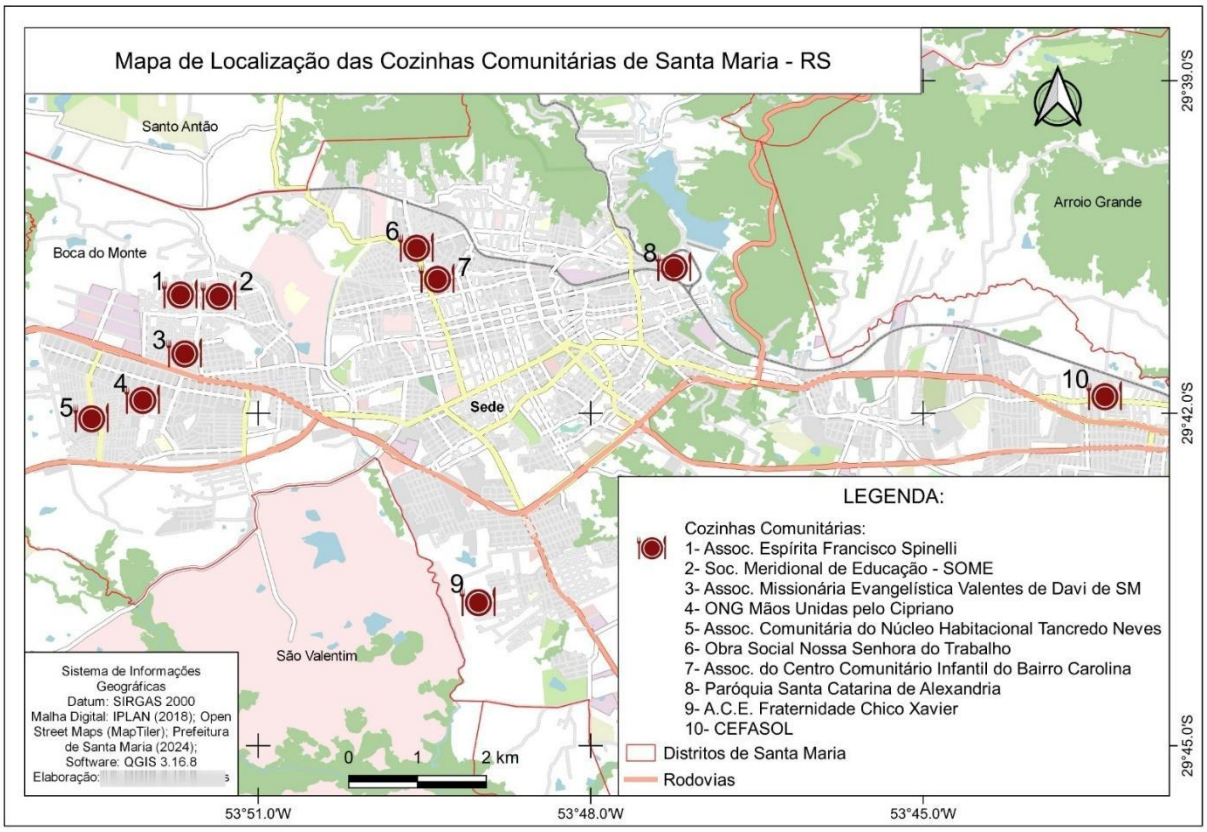
Essas escolhas metodológicas permitiram articular práticas cotidianas, registros empíricos e leitura espacial, oferecendo uma base consistente para a análise das dinâmicas socioespaciais da insegurança alimentar no município. A partir desse percurso, a seção seguinte apresenta a análise das áreas de influência das cozinhas comunitárias selecionadas e da distribuição territorial das famílias atendidas, permitindo compreender como o território condiciona, de forma concreta, o acesso cotidiano à alimentação no espaço urbano de Santa Maria.

3 As cozinhas comunitárias e a produção territorial do acesso à alimentação em Santa Maria/RS

A análise das cozinhas comunitárias em Santa Maria parte de uma leitura territorial que considera sua inserção no conjunto do espaço urbano. Nesse sentido, a Figura 1 apresenta a

localização das cozinhas comunitárias identificadas no município, permitindo situar o universo da pesquisa e observar como essas iniciativas se distribuem pela cidade. Essa espacialização inicial oferece um panorama geral da distribuição das cozinhas no espaço urbano e das diferenças existentes em sua cobertura territorial, constituindo o ponto de partida para a análise de sua relação com as desigualdades socioespaciais do município.

Figura 1 – Localização Geográfica das Cozinhas Comunitárias de Santa Maria/RS



Fonte: Pesquisa de campo (2024/2025). Organização e elaboração cartográfica da pesquisa.

A distribuição das cozinhas comunitárias também está relacionada às desigualdades socioeconômicas entre os bairros. A região Oeste concentra cinco das dez unidades identificadas no município, localizadas na Vila Pôr do Sol, Santa Marta, Juscelino Kubitschek, Parque Pinheiro Machado e Tancredo Neves (SANTA MARIA, 2025b). Esse padrão espacial coincide com a presença de áreas marcadas por diferentes situações de vulnerabilidade social. A análise das condições socioeconômicas desses territórios tomou como referência o Índice de Privação Social (IPS) elaborado por Spode (2020), que identifica diferentes níveis de privação no espaço urbano de Santa Maria. A comparação desse indicador com a localização das quatro cozinhas selecionadas para a análise aprofundada mostra que todas se encontram em áreas classificadas como de alta ou muito alta privação social. A articulação entre esses dados e a

distribuição das cozinhas reforça, portanto, sua relação com as desigualdades socioeconômicas presentes no espaço intraurbano.

Entre as dez cozinhas identificadas no município, quatro foram selecionadas para uma análise mais detalhada: Cozinha Comunitária do Núcleo Habitacional Tancredo Neves, ONG Mãos Unidas pelo Cipriano, Centro Comunitário Infantil do Bairro Carolina e Associação Centro Espírita Fraternidade Chico Xavier. A partir desse recorte, foram consideradas suas áreas de influência, os padrões territoriais de atendimento e as especificidades de sua inserção no espaço urbano, buscando compreender como diferentes contextos intraurbanos condicionam o acesso cotidiano à alimentação.

O quantitativo de atendimentos reforça a dimensão social assumida por essas iniciativas nos territórios em que atuam. Embora as formas de registro e a periodicidade da oferta variem entre as unidades, os dados levantados em campo demonstram uma demanda expressiva por alimentação. Na Cozinha Comunitária do Núcleo Habitacional Tancredo Neves, o almoço semanal é destinado a 223 famílias cadastradas, enquanto a ONG Mãos Unidas pelo Cipriano ampliou sua capacidade de aproximadamente 70 para 120 refeições. No Centro Comunitário Infantil do Bairro Carolina, 256 pessoas estão cadastradas e são atendidas regularmente e, na unidade vinculada ao Centro Espírita Fraternidade Chico Xavier, no bairro Lorenzi, são distribuídas cerca de 153 marmitas em cada dia de funcionamento. Mais do que dimensionar o alcance dessas ações, esses quantitativos apontam para a recorrência de uma demanda alimentar que mobiliza diferentes formas de organização comunitária para assegurar o acesso às refeições.

A espacialização dos atendimentos mostra, por sua vez, que as áreas de influência dessas quatro cozinhas extrapolam, em muitos casos, os limites administrativos dos bairros onde estão localizadas, configurando fluxos intraurbanos associados às desigualdades no acesso à alimentação. Famílias residentes em bairros distintos recorrem a essas unidades em função da inexistência de alternativas próximas, da fragilidade das redes de apoio locais ou da combinação entre trabalho precário, cuidados familiares e dificuldades de deslocamento.

A distribuição territorial das famílias atendidas indica, portanto, que a proximidade física não é o único fator que condiciona o acesso às refeições. Horários de funcionamento, vínculos comunitários e trajetórias cotidianas também interferem nesses deslocamentos, demonstrando que o acesso à alimentação não depende apenas da disponibilidade do serviço, mas das condições concretas que possibilitam às famílias alcançá-lo e incorporá-lo às suas práticas cotidianas de enfrentamento da insegurança alimentar.

Nesse sentido, os resultados observados em Santa Maria articulam-se com a perspectiva de Lunardon (2023), para quem o território deve ser compreendido simultaneamente como produto do modo de produção hegemônico e como arena de apropriação. Ou seja, não se trata de um território neutro, mas de um espaço moldado por relações sociais, econômicas e políticas, que podem ser mobilizadas para enfrentar desigualdades. No contexto das cozinhas comunitárias, essa ideia se materializa nos fluxos intraurbanos das famílias e na forma como as unidades organizam a distribuição de alimentos para bairros distintos, consolidando redes de solidariedade e reorganizando as dinâmicas locais. Dessa forma, as cozinhas funcionam como dispositivos de transformação do espaço vivido, reafirmando a centralidade da apropriação territorial na construção de estratégias coletivas de enfrentamento da insegurança alimentar.

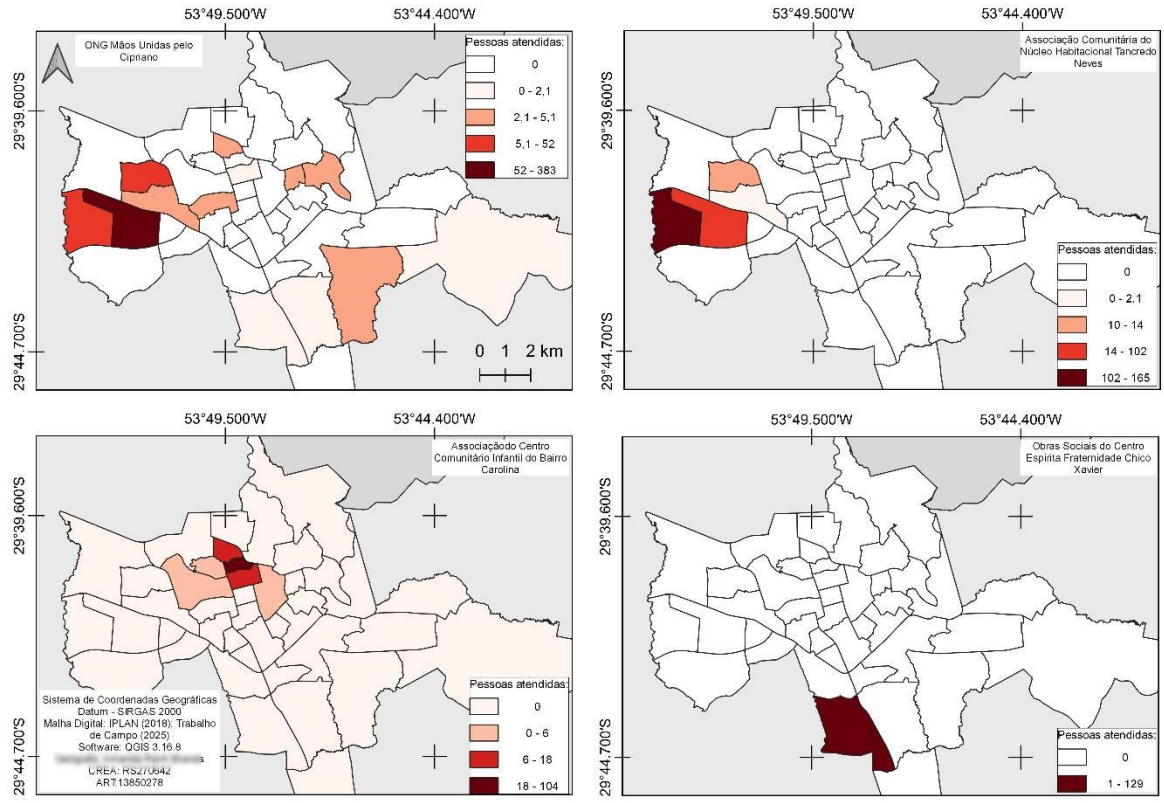
A atuação dessas iniciativas, entretanto, não ocorre de forma dissociada do poder público municipal. Em Santa Maria, as cozinhas comunitárias integram as ações de Segurança Alimentar e Nutricional coordenadas pela Secretaria de Município de Desenvolvimento Social e recebem apoio do Município por meio do Banco de Alimentos, ao qual se somam, em determinadas unidades, recursos provenientes de outros programas e articulações institucionais. Essa participação demonstra que o poder público está presente na manutenção dessas ações, sobretudo no fornecimento de alimentos e na articulação da rede de atendimento. Sua atuação, contudo, não ocorre com a mesma intensidade ou regularidade em todas as unidades, assumindo formas distintas conforme as parcerias estabelecidas e as condições de funcionamento de cada cozinha.

Apesar desse apoio, parte expressiva das condições necessárias à continuidade das atividades permanece vinculada à capacidade de mobilização das próprias organizações comunitárias. O trabalho voluntário, as doações e as redes locais de solidariedade complementam o apoio institucional e, em diferentes situações observadas durante a pesquisa, contribuem para suprir despesas e necessidades não contempladas de forma contínua pelo poder público. A coexistência entre apoio municipal e forte dependência da organização comunitária expressa, assim, uma presença estatal parcial: embora fundamental para o funcionamento das cozinhas, ela ainda apresenta limites de continuidade e abrangência, fazendo com que essas iniciativas assumam responsabilidades importantes na garantia cotidiana do acesso à alimentação.

3.1 Distribuição territorial do atendimento e desigualdades intraurbanas do acesso à alimentação

A análise apresentada na Figura 2, que representa a distribuição das pessoas atendidas pelas cozinhas comunitárias por bairro em Santa Maria, permite aprofundar a compreensão das dinâmicas socioespaciais do acesso à alimentação, identificando padrões de concentração, dispersão e sobreposição territorial do atendimento. A espacialização dos dados revela que a demanda pelas cozinhas comunitárias não se restringe aos bairros onde essas unidades estão fisicamente instaladas, mas se distribui de forma desigual pelo espaço urbano, acompanhando áreas historicamente marcadas por maior privação social.

Figura 2 – Distribuição das pessoas atendidas pelas cozinhas comunitárias por bairro em Santa Maria/RS



Fonte: Registros de atendimento nas cozinhas comunitárias. Pesquisa de Campo (2024/2025). Organização e elaboração cartográfica da pesquisa.

Observa-se que determinados bairros concentram um volume expressivo de pessoas atendidas, configurando territórios onde a insegurança alimentar se manifesta de maneira mais intensa e persistente. Essa concentração não pode ser compreendida apenas como reflexo da localização das cozinhas, mas como expressão de desigualdades estruturais que limitam o acesso das famílias a recursos urbanos essenciais, como renda, mobilidade, serviços públicos e redes institucionais de apoio. Nesses contextos, o território atua como elemento condicionante das

possibilidades concretas de reprodução da vida cotidiana, fazendo com que o acesso à alimentação dependa, em grande medida, da presença de iniciativas comunitárias.

Ao mesmo tempo, a Figura 2 mostra bairros com baixa ou nenhuma ocorrência de pessoas atendidas, o que não deve ser interpretado como ausência de insegurança alimentar. Esses vazios territoriais tendem a indicar limitações na cobertura das políticas e iniciativas de segurança alimentar, além da existência de demandas invisibilizadas, especialmente em áreas onde a população enfrenta dificuldades de deslocamento ou carece de informações e vínculos com os serviços disponíveis.

A leitura comparativa da distribuição das pessoas atendidas pelas quatro cozinhas selecionadas revela diferenças significativas em suas áreas de influência. Algumas unidades apresentam atendimento fortemente concentrado no próprio bairro e em áreas adjacentes, indicando que a proximidade espacial e a inserção territorial direta desempenham papel relevante no acesso às refeições. Esse padrão tende a ocorrer em territórios marcados por restrições de mobilidade, nos quais os custos financeiros e temporais do deslocamento limitam a busca por alternativas mais distantes.

Em outros casos, observa-se uma dispersão territorial mais ampla do atendimento, com a presença de famílias residentes em bairros distintos daquele onde a cozinha está localizada. Esse padrão sugere que fatores como a regularidade da oferta, a confiança nas equipes responsáveis e os vínculos comunitários construídos ao longo do tempo se sobrepõem à lógica da proximidade física. A amplitude dessas áreas de influência indica que determinadas cozinhas assumem, na prática, funções de atendimento ampliado, respondendo a lacunas existentes em outros pontos da cidade.

A sobreposição parcial das áreas de atendimento entre diferentes cozinhas, também identificada na figura, indica que os territórios da insegurança alimentar não são estanques, mas atravessados por fluxos cotidianos que conectam bairros distintos. Esses fluxos expressam trajetórias de vida marcadas por deslocamentos obrigatórios, reorganização dos tempos de trabalho e cuidado e estratégias de sobrevivência construídas no cotidiano urbano. A cidade, nesse sentido, apresenta-se como um espaço de oportunidades distribuídas de forma desigual, no qual o acesso à alimentação se realiza por meio de percursos territorialmente condicionados.

A distribuição das pessoas atendidas por bairro torna visíveis desigualdades que tendem a permanecer obscurecidas quando analisadas em escala municipal agregada. Ao explicitar os territórios de residência das famílias que recorrem a essas iniciativas, a análise revela que a

fome se inscreve no espaço urbano de maneira seletiva, acompanhando processos históricos de exclusão e precarização das condições de vida. A insegurança alimentar, nesse sentido, não se configura como fenômeno difuso, mas como expressão territorializada das desigualdades socioespaciais e da produção diferencial do acesso ao direito à alimentação no interior da cidade. Trata-se de um processo que articula vulnerabilidade social, presença estatal desigual e hierarquização do espaço urbano.

Esse quadro converge com a literatura recente sobre desigualdades alimentares no Brasil, que aponta a concentração da insegurança alimentar entre grupos sociais e territórios específicos, especialmente em contextos marcados por fragilidades estruturais (VIEIRA et al., 2023). Contudo, ao incorporar de maneira sistemática a dimensão intraurbana, este estudo aprofunda esse debate ao demonstrar como tais desigualdades se materializam no tecido urbano concreto, organizando-se a partir de dinâmicas de mobilidade, proximidade e inserção territorial. O território, portanto, não se apresenta apenas como cenário onde a fome se manifesta, mas como dimensão ativa na sua conformação e reprodução.

Nesse contexto estruturado por desigualdades, as cozinhas comunitárias configuram-se simultaneamente como respostas imediatas às carências alimentares e como expressões territoriais das lacunas estruturais das políticas públicas. Sua localização e suas áreas de influência tornam visível a sobreposição entre vulnerabilidade social e presença estatal seletiva, constituindo marcadores empíricos das assimetrias na garantia do direito à alimentação. A leitura territorial dos dados reforça, assim, a necessidade de incorporar o espaço como categoria analítica estruturante no planejamento, na implementação e na avaliação das políticas de segurança alimentar, sob pena de reproduzir desigualdades historicamente enraizadas na estrutura urbana.

Sob essa perspectiva territorial, ao articular a distribuição das pessoas atendidas com a localização das cozinhas e com os contextos socioespaciais dos bairros, a análise demonstra que compreender o acesso à alimentação exige ir além da contagem de refeições ofertadas. É no território, entendido como espaço vivido e usado cotidianamente, que se definem as possibilidades reais de acesso, os limites impostos pela mobilidade e as estratégias mobilizadas pelas famílias para garantir sua subsistência. A Figura 2, ao espacializar a distribuição das pessoas atendidas por bairro, não apenas ilustra os resultados, mas constitui um instrumento analítico central para compreender como a insegurança alimentar se produz e se reproduz no espaço urbano de Santa Maria.

O debate sobre as chamadas cozinhas solidárias em outros contextos urbanos brasileiros contribui para ampliar a interpretação das iniciativas observadas em Santa Maria. Ao examinar a experiência da Cozinha Solidária da Lapa, no Rio de Janeiro, Bello, Oliveira e Mascarello (2023) destacam que essas iniciativas, organizadas por movimentos sociais e entidades da sociedade civil, não se limitam à oferta imediata de refeições. Para os autores, as cozinhas solidárias constituem espaços de sociabilidade e ação coletiva que articulam a garantia do direito à alimentação com reivindicações mais amplas relacionadas às condições de vida nas cidades, aproximando o debate sobre segurança alimentar da discussão sobre o direito à cidade. Nesse sentido, a distribuição de alimentos é compreendida como parte de um processo social mais amplo de enfrentamento das desigualdades urbanas. A atuação conjunta de movimentos sociais, organizações comunitárias e outras instituições revela formas de organização coletiva que emergem em contextos marcados pela insuficiência ou pela fragmentação das políticas públicas voltadas à segurança alimentar. Assim, as cozinhas solidárias passam a expressar não apenas respostas imediatas à fome, mas também iniciativas socialmente construídas que reafirmam a centralidade da alimentação no debate sobre direitos sociais no espaço urbano.

Ainda que o contexto analisado por esses autores apresente especificidades próprias, essa abordagem contribui para ampliar a interpretação das experiências observadas em Santa Maria. As cozinhas comunitárias identificadas no município podem ser compreendidas como práticas territorializadas de enfrentamento da insegurança alimentar, sustentadas por redes locais de solidariedade e pela mobilização de diferentes atores sociais nos territórios onde se inserem. Além disso, o processo recente de institucionalização dessas experiências no âmbito das políticas públicas federais, com a criação do Programa Cozinha Solidária, instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, demonstra como iniciativas inicialmente organizadas por movimentos sociais e entidades da sociedade civil podem influenciar a formulação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da insegurança alimentar. Nesse caso, práticas que emergem da ação coletiva em territórios vulnerabilizados passam a ser reconhecidas e incorporadas pelo Estado como instrumentos de promoção do direito à alimentação.

3.1.1 Cozinha Comunitária do Núcleo Habitacional Tancredo Neves

A distribuição das pessoas atendidas pela cozinha comunitária do Núcleo Habitacional Tancredo Neves apresenta forte concentração no próprio bairro e em áreas adjacentes, refletindo tanto a elevada demanda local quanto a centralidade dessa unidade no atendimento às populações residentes em contextos de maior privação social. Esse padrão territorial indica

que a cozinha atua como referência alimentar em um território historicamente marcado por fragilidades estruturais, no qual o acesso regular à alimentação depende, em grande medida, de iniciativas comunitárias enraizadas no cotidiano local.

A predominância do atendimento no entorno imediato reforça a importância da proximidade espacial na organização do acesso às refeições, sobretudo em um contexto caracterizado por limitações de mobilidade, custos de deslocamento e restrições temporais associadas às condições de trabalho e cuidado das famílias. Nessas circunstâncias, o acesso à alimentação não pode ser compreendido apenas como a disponibilidade física do alimento, mas como a capacidade efetiva das famílias de alcançá-lo no cotidiano, a partir das condições concretas de vida produzidas no território, conforme argumenta Sen (2010). O bairro, assim, não se configura apenas como espaço de moradia, mas como elemento que condiciona as possibilidades reais de circulação e de acesso aos recursos urbanos, fazendo com que a cozinha comunitária se consolide como um ponto indispensável no cotidiano alimentar.

Ainda que a concentração do atendimento seja majoritariamente local, a presença de famílias oriundas de bairros próximos indica que a área de influência da Cozinha do Núcleo Habitacional Tancredo Neves extrapola os limites administrativos formais. Esses fluxos refletem dinâmicas cotidianas de circulação, redes de sociabilidade e trajetórias de vida que conectam diferentes setores da cidade, ao mesmo tempo em que indicam a ausência ou insuficiência de alternativas equivalentes em outros territórios igualmente vulnerabilizados.

Nesse contexto, a cozinha comunitária não atua como um recurso complementar, mas como um elemento central na organização da reprodução cotidiana da vida das famílias atendidas. A recorrência do acesso às refeições oferecidas demonstra que a segurança alimentar não pode ser assegurada apenas por estratégias individuais, sendo sustentada por práticas coletivas que se territorializam a partir das necessidades concretas da população. A ação coletiva e a organização em redes constituem dimensões importantes das formas contemporâneas de mobilização e participação da sociedade civil (GOHN, 2011). A cozinha integra, assim, um conjunto mais amplo de arranjos comunitários de enfrentamento da escassez, articulando a oferta de alimentos a práticas de cuidado, acolhimento e apoio social. Essas dinâmicas se materializam no cotidiano da unidade, como mostra a Figura 3.

Figura 3 - Preparo das refeições na Cozinha Comunitária do Núcleo Habitacional Tancredo Neves



Fonte: Pesquisa de Campo (2024/2025). Elaboração própria.

Sob essa perspectiva, a atuação da Cozinha Comunitária do Núcleo Habitacional Tancredo Neves evidencia como o território condiciona o acesso aos direitos fundamentais no espaço urbano. Conforme aponta Santos (1997), o território não se apresenta como um simples suporte das ações sociais, mas como um conjunto de usos desigualmente distribuídos, que define quem tem acesso pleno aos bens da cidade e quem vivencia formas parciais de cidadania. Nesse contexto, a dependência recorrente de iniciativas comunitárias para garantir o acesso à alimentação expressa uma condição de cidadania limitada, na qual o direito à alimentação se realiza de forma fragmentada e territorialmente seletiva, ao mesmo tempo em que expõe os limites das políticas públicas diante das desigualdades socioespaciais que estruturam a cidade.

Esse padrão de atendimento reforça a compreensão de que a insegurança alimentar, no caso do Núcleo Habitacional Tancredo Neves, manifesta-se de forma intensamente territorializada,

associada à concentração de vulnerabilidades socioespaciais e à presença limitada de políticas públicas capazes de garantir o direito à alimentação de maneira contínua e equitativa. Ao mesmo tempo em que mitiga os efeitos imediatos da fome, a atuação da cozinha torna visíveis os limites estruturais das ações estatais no território, funcionando como um indicador das áreas onde as carências sociais se acumulam de forma mais persistente.

Dessa forma, a Cozinha Comunitária do Núcleo Habitacional Tancredo Neves pode ser compreendida como um dispositivo territorial que responde a demandas alimentares urgentes, ao mesmo tempo em que revela os processos estruturais que produzem e reproduzem a insegurança alimentar no espaço urbano. Em sua atuação cotidiana, o acesso à alimentação se inscreve no território não como evento pontual, mas como expressão de desigualdades urbanas históricas, que exigem respostas articuladas entre políticas públicas e iniciativas comunitárias sensíveis às especificidades locais.

Na sequência, o olhar volta-se para a ONG Mãos Unidas pelo Cipriano, permitindo observar como essas dinâmicas se reconfiguram em outro contexto intraurbano e como diferentes arranjos territoriais e organizativos condicionam, de modo específico, o acesso cotidiano à alimentação.

3.1.2 Cozinha Comunitária ONG Mãos Unidas pelo Cipriano

No caso da ONG Mãos Unidas pelo Cipriano, observa-se uma área de influência mais ampla, com presença significativa de famílias residentes em bairros distintos daquele onde a cozinha está localizada. Esse padrão territorial indica que a atuação da unidade responde a demandas que se constituem para além do território imediato, refletindo lacunas na oferta de serviços alimentares em diferentes setores da cidade e a ausência de alternativas próximas para parte da população atendida.

A dispersão territorial do atendimento sugere que, nesse caso, a proximidade física não se apresenta como o principal critério de acesso às refeições. Fatores como a regularidade da oferta, a confiabilidade do serviço e os vínculos comunitários estabelecidos ao longo do tempo desempenham papel central na decisão das famílias de recorrer a essa cozinha, mesmo quando isso implica deslocamentos mais longos. Sob essa perspectiva, o acesso à alimentação não pode ser compreendido apenas como disponibilidade física do alimento, mas como a capacidade efetiva de acessá-lo no cotidiano, a partir das condições concretas de vida das famílias, conforme propõe Sen (2010).

Os fluxos intraurbanos que convergem para a ONG Mãos Unidas pelo Cipriano permitem identificar trajetórias cotidianas marcadas por deslocamentos mais extensos e pela reorganização dos tempos de trabalho, cuidado e sobrevivência. Tais deslocamentos não decorrem de escolhas livres, mas de estratégias construídas diante da precariedade das condições de vida e da distribuição desigual dos equipamentos de segurança alimentar no espaço urbano. Nesse sentido, a atuação da cozinha assume caráter regionalizado, respondendo a vazios territoriais deixados pela cobertura limitada das políticas públicas.

A ONG Mãos Unidas pelo Cipriano também se configura como infraestrutura local de cuidado, articulando a oferta de refeições a práticas de acolhimento, escuta e apoio social. A Figura 4 ilustra essa dinâmica de atendimento, registrando o momento de distribuição das refeições e a materialidade dessas práticas no funcionamento diário da unidade, incluindo a presença da horta comunitária que integra o espaço e contribui para o suporte alimentar local. Tais práticas expressam formas concretas de ação coletiva organizadas no território e podem ser compreendidas à luz das discussões de Gohn (2011) sobre as formas contemporâneas de mobilização e organização da sociedade civil. No contexto analisado, constituem estratégias comunitárias de enfrentamento das necessidades cotidianas, articulando redes de apoio que contribuem para a sustentação da vida. Essas dimensões qualitativas, ainda que pouco visíveis nos instrumentos formais de avaliação, são centrais para compreender a permanência e a relevância da cozinha no território.

Figura 4 – Práticas cotidianas de cuidado: cultivo, preparo e distribuição de alimentos na Cozinha Comunitária Mãos Unidas pelo Cipriano



Fonte: Pesquisa de campo (2025/2024). Elaboração própria.

Ao mesmo tempo, a amplitude da área de influência torna visíveis os limites estruturais que atravessam a atuação da ONG. A concentração de demandas provenientes de diferentes bairros impõe desafios relacionados à capacidade operacional, à disponibilidade de insumos e à continuidade das atividades, refletindo a sobrecarga frequentemente assumida por iniciativas comunitárias em territórios marcados pela precariedade urbana. Segundo Rolnik (2019), nesses contextos, os arranjos coletivos tornam-se fundamentais para a sustentação da vida cotidiana, mas também expõem as fragilidades de um modelo de gestão urbana que transfere às comunidades responsabilidades que deveriam ser garantidas por políticas públicas estruturantes.

Sob uma perspectiva territorial mais ampla, a experiência da ONG Mãos Unidas pelo Cipriano demonstra que a insegurança alimentar se produz e se manifesta de forma desigual no espaço urbano, acompanhando padrões históricos de exclusão e de acesso seletivo aos direitos sociais básicos, entre eles o direito à alimentação. Conforme aponta Santos (1997), o território é atravessado por usos desiguais que condicionam as possibilidades de acesso e usufruto dos bens da cidade, produzindo experiências diferenciadas de cidadania. Nesse contexto, a dependência recorrente de iniciativas comunitárias para garantir o acesso à alimentação traduz uma condição de cidadania limitada, na qual o direito à alimentação se realiza de forma fragmentada e territorialmente seletiva.

Nesse percurso analítico, a experiência da ONG Mãos Unidas pelo Cipriano permite compreender como a insegurança alimentar se estrutura no território a partir de uma combinação entre desigualdades urbanas persistentes, lacunas na cobertura das políticas públicas e a emergência de arranjos comunitários que sustentam a reprodução cotidiana da vida. A amplitude de sua área de influência, associada à sobrecarga operacional assumida pela unidade, expressa tanto a relevância dessas iniciativas quanto os limites de um modelo de enfrentamento da fome fortemente apoiado na ação coletiva local. Na sequência, a análise passa a concentrar-se na Cozinha Comunitária do Centro Comunitário Infantil do Bairro Carolina, permitindo observar como essas dinâmicas se reorganizam em outro contexto intraurbano e de que maneira diferentes configurações territoriais e institucionais condicionam o acesso cotidiano à alimentação.

3.1.3 Cozinha Comunitária do Centro Comunitário Infantil do Bairro Carolina

A distribuição das pessoas atendidas pelo Centro Comunitário Infantil do Bairro Carolina caracteriza-se por um padrão de atendimento fortemente enraizado no próprio território do bairro, com baixa dispersão espacial quando comparada à observada nas demais cozinhas analisadas. A concentração do atendimento no entorno imediato da unidade indica que a demanda alimentar se estrutura, majoritariamente, a partir das necessidades das famílias residentes no próprio bairro, contexto em que a insegurança alimentar assume caráter intensamente localizado e recorrente.

Esse padrão territorial expressa a estreita articulação entre a cozinha comunitária e as dinâmicas de vida das famílias atendidas. A proximidade espacial favorece a incorporação da unidade às rotinas locais, especialmente em um contexto marcado por restrições de mobilidade, limitações de renda e pela dependência de equipamentos comunitários para a garantia de necessidades básicas. Nessa perspectiva, o acesso à alimentação não se constrói apenas pela existência da oferta, mas pela possibilidade concreta de alcançá-la no cotidiano, aspecto que dialoga com a abordagem das capacidades proposta por Sen (2010), ao destacar que a efetivação dos direitos depende das condições reais de vida produzidas no território.

A forte concentração do atendimento no próprio bairro reforça a compreensão de que a insegurança alimentar não se distribui de forma aleatória no espaço urbano, mas se associa à acumulação de vulnerabilidades socioespaciais historicamente produzidas. Essa análise territorial encontra respaldo na leitura clássica de Castro (2001), para quem a fome não constitui um fenômeno natural ou episódico, mas uma expressão das estruturas sociais e territoriais que organizam a vida urbana. No caso do Bairro Carolina, a persistência da demanda alimentar revela como essas estruturas se materializam em territórios específicos, onde o acesso regular à alimentação permanece incerto.

A atuação da Cozinha Comunitária do Centro Comunitário Infantil do Bairro Carolina, ao articular a oferta de refeições a práticas de cuidado e acolhimento, insere-se em um conjunto mais amplo de respostas comunitárias às carências locais, consolidando-se como referência territorial de apoio às famílias, especialmente àquelas com crianças. Nesse sentido, a cozinha encontra-se profundamente integrada às práticas e às rotinas do bairro, funcionando como um ponto de apoio cotidiano para a população do entorno. A Figura 5 ilustra o desenvolvimento das atividades da unidade, mostrando o preparo e a distribuição das refeições como parte constitutiva da vida comunitária local.

Figura 5 - Do preparo ao consumo: práticas alimentares na Cozinha Comunitária do Bairro Carolina



Fonte: Pesquisa de campo (2025/2024). Elaboração própria.

Sob essa perspectiva, a realidade socioespacial do Bairro Carolina demonstra como o território condiciona de forma decisiva as possibilidades de acesso à alimentação e o exercício da cidadania. Como aponta Santos (1997), o território é o espaço do uso, no qual se define quem acessa plenamente os bens da cidade e quem vivencia formas parciais de cidadania. A dependência recorrente de iniciativas comunitárias para garantir o direito à alimentação traduz, assim, uma cidadania fragmentada, na qual o acesso a direitos sociais básicos se realiza de maneira desigual e territorialmente seletiva.

Dessa forma, o Centro Comunitário Infantil do Bairro Carolina pode ser compreendido como um dispositivo territorial de enfrentamento da insegurança alimentar profundamente vinculado ao cotidiano do bairro. Sua atuação mostra que a fome se produz e se enfrenta no espaço vivido, onde se articulam carências estruturais, práticas comunitárias e estratégias locais de reprodução da vida, reafirmando a centralidade do território na compreensão das dinâmicas alimentares em cidades médias como Santa Maria.

A forte territorialização do atendimento observada no Bairro Carolina indica que, nesse contexto, a insegurança alimentar se estrutura a partir de vínculos profundamente ancorados no espaço de moradia e nas redes comunitárias locais. Diferentemente de cozinhas com áreas de influência mais amplas, a centralidade do bairro no acesso às refeições indica que as estratégias de enfrentamento da fome se constroem a partir da proximidade, do pertencimento e do

reconhecimento mútuo entre os sujeitos envolvidos. Essa configuração demonstra que o território não apenas condiciona o acesso à alimentação, mas também organiza formas específicas de resposta às carências alimentares, baseadas na integração entre cotidiano, cuidado e ação coletiva.

Sendo assim, a configuração territorial do Centro Comunitário Infantil do Bairro Carolina permite compreender como a insegurança alimentar se manifesta de maneira localizada, profundamente vinculada às dinâmicas do bairro e às redes comunitárias que sustentam a reprodução das práticas de vida. A centralidade da proximidade espacial e a baixa dispersão do atendimento reforçam tanto a importância dessas iniciativas quanto os limites de um enfrentamento da fome fortemente dependente de arranjos locais. A análise a seguir concentra-se na Associação Centro Espírita Fraternidade Chico Xavier, permitindo compreender como essas dinâmicas se reorganizam em outro contexto intraurbano e quais especificidades territoriais condicionam o acesso à alimentação nesse novo recorte.

3.1.4 Cozinha Comunitária Associação Centro Espírita Fraternidade Chico Xavier

No caso da Associação Centro Espírita Fraternidade Chico Xavier, localizada no bairro Lorenzi, a distribuição das pessoas atendidas aponta para uma forte correspondência entre o local de moradia e o ponto de acesso às refeições. O mapa das pessoas atendidas mostra que a maioria das famílias reside no próprio bairro, indicando que a cozinha constitui o principal e, em muitos casos, o único espaço de acesso regular à alimentação para essa população.

Essa configuração está associada a uma atuação profundamente ancorada no território do bairro Lorenzi, voltada prioritariamente ao atendimento das demandas locais. A concentração dos atendimentos no próprio bairro reforça o papel da unidade como referência territorial imediata, especialmente para famílias que enfrentam limitações de mobilidade, restrições econômicas e dificuldades de acesso a outros serviços alimentares na cidade. A regularidade do atendimento e os vínculos institucionais estabelecidos contribuem para consolidar a cozinha como elemento central no suporte cotidiano à reprodução da vida no território, dinâmica que também se expressa no funcionamento diário da unidade, como mostra a Figura 6.

Figura 6 - Preparo e distribuição das refeições na cozinha comunitária



Fonte: Pesquisa de campo (2025/2024). Elaboração própria.

O registro do preparo das refeições permite observar aspectos do funcionamento da cozinha que não se expressam apenas na espacialização dos atendimentos. A Figura 6 permite observar práticas de organização do trabalho, cuidado no preparo dos alimentos e envolvimento coletivo, que sustentam a oferta regular das refeições destinadas majoritariamente à população residente no entorno. Articuladas à leitura do mapa, essas práticas indicam que o acesso à alimentação no bairro Lorenzi se constrói a partir de mediações territoriais fortemente localizadas, nas quais a proximidade entre moradia e ponto de atendimento assume papel decisivo.

Nessa perspectiva, o acesso à alimentação não se limita à disponibilidade de refeições, mas depende das condições concretas que permitem às famílias alcançá-las e incorporá-las ao seu cotidiano, em consonância com a abordagem das capacidades proposta por Amartya Sen. Como aponta Santos (1997), é no território usado que se materializam as possibilidades e os limites de acesso aos bens urbanos, definindo formas diferenciadas de inserção na cidade. Nesse contexto, conforme observa Rolnik (2019), são frequentemente os arranjos locais e as iniciativas comunitárias que sustentam a vida cotidiana em territórios marcados pela distribuição desigual das políticas públicas. Assim, a cozinha comunitária do bairro Lorenzi configura-se como um dispositivo territorial de enfrentamento da insegurança alimentar profundamente vinculado ao espaço vivido, ao responder, ainda que de forma parcial, às lacunas produzidas pelo urbano desigual característico das cidades médias brasileiras.

A análise da Cozinha Comunitária da Associação Centro Espírita Fraternidade Chico Xavier indica que, quando a oferta de refeições se organiza de forma territorialmente próxima e regular, o acesso à alimentação tende a se realizar com menor dependência de deslocamentos e estratégias externas. Esse padrão reforça a centralidade da relação entre moradia e ponto de atendimento, mostrando que o território, enquanto espaço vivido e usado, condiciona de maneira decisiva as possibilidades concretas de acesso aos alimentos, conforme discutido por Santos (1997). Nesse sentido, a cozinha do bairro Lorenzi expressa uma forma específica de enfrentamento da insegurança alimentar, na qual a proximidade territorial atua como elemento estruturante do acesso, contribuindo para a compreensão das diferentes dinâmicas socioespaciais que atravessam as cozinhas comunitárias analisadas no município.

4 Dinâmicas territoriais do acesso à alimentação

A análise das quatro cozinhas comunitárias selecionadas permitiu identificar padrões distintos de organização territorial do acesso à alimentação em Santa Maria. Embora todas atuem no enfrentamento da insegurança alimentar, suas dinâmicas de atendimento demonstram que esse enfrentamento se realiza de maneira desigual no espaço urbano, sendo fortemente condicionado pelas relações entre território, mobilidade e acesso cotidiano às refeições.

Em alguns casos, observam-se áreas de influência ampliadas, nas quais o atendimento ultrapassa os limites imediatos do bairro de implantação da cozinha. Esses contextos são marcados por deslocamentos interbairros e pela necessidade de acionar estratégias cotidianas de mobilidade, refletindo a distribuição desigual dos equipamentos e das ações de segurança alimentar no município. Em outros, como no caso do bairro Lorenzi, a forte correspondência entre o local de moradia das famílias e o ponto de atendimento reafirma a centralidade da proximidade territorial como condição estruturante do acesso à alimentação, reduzindo a dependência de deslocamentos e custos associados.

Esses diferentes arranjos reforçam que a insegurança alimentar em Santa Maria não se manifesta de forma homogênea, mas resulta de condições territoriais específicas, ligadas às desigualdades socioespaciais, à presença seletiva do Estado e às possibilidades concretas de deslocamento das famílias no cotidiano urbano. Nesse contexto, as cozinhas comunitárias funcionam como dispositivos territoriais que, ao mesmo tempo em que atendem às carências locais, tornam visíveis os limites e lacunas das políticas públicas de segurança alimentar, mostrando a necessidade de ações que considerem as especificidades de cada território. Estudos

sobre práticas socioespaciais de resistência destacam que essas iniciativas vão além do atendimento emergencial, ao passo que elas criam espaços de sociabilidade, organização coletiva e resistência, oferecendo alternativas concretas às desigualdades urbanas e abrindo horizontes de transformação social. Mais do que atender emergencialmente, essas cozinhas comunitárias estão enraizadas no cotidiano de grupos e movimentos sociais, produzindo novas formas de sociabilidade e transformando relações e modos de organização nos espaços onde atuam (LUNARDON, 2023).

Essa configuração socioespacial insere-se em um debate já consolidado na literatura recente, a qual aponta que, em contextos de retração ou fragilidade das políticas públicas, a garantia do direito à alimentação tende a ser parcialmente assumida por iniciativas comunitárias e arranjos locais de provisão, que passam a desempenhar papel relevante na sustentação cotidiana de grupos socialmente vulnerabilizados, complementando ou, em alguns casos, substituindo a atuação do Estado (VIEIRA et al., 2023).

Essa interpretação também se aproxima de análises que discutem a crescente atribuição de responsabilidades às organizações da sociedade civil na garantia de direitos sociais em contextos marcados pela fragilidade das políticas públicas. Ao examinarem as dinâmicas contemporâneas de provisão social, Iamamoto et al. (2025) apontam que, diante da insuficiência ou fragmentação da ação estatal, iniciativas comunitárias passam a assumir funções essenciais à reprodução da vida cotidiana, muitas vezes operando sob condições de elevada precariedade institucional e material. Nesses contextos, práticas coletivas de solidariedade e apoio territorializado tornam-se fundamentais para assegurar necessidades básicas da população, ao mesmo tempo em que expõem as tensões de um modelo de proteção social no qual responsabilidades públicas tendem a ser parcialmente deslocadas para arranjos locais e organizações da sociedade civil.

No caso de Santa Maria, os dados indicam que a dependência das cozinhas comunitárias não se explica apenas pela insuficiência de renda, mas também pela distribuição desigual da presença estatal no território. Os resultados permitem compreender a insegurança alimentar para além das carências socioeconômicas, ao identificar formas diferenciadas de provisão pública, nas quais a atuação do Estado se manifesta de maneira desigual no espaço urbano.

A partir desses elementos, as considerações finais retomam os principais achados do estudo e discutem suas implicações para a compreensão da insegurança alimentar em Santa Maria.

5 Considerações finais

A análise das cozinhas comunitárias em Santa Maria permitiu compreender que a insegurança alimentar no município não pode ser explicada apenas por indicadores econômicos ou pela insuficiência de renda, mas se manifesta como um fenômeno profundamente condicionado pelas dinâmicas socioespaciais que estruturam a cidade. Ao articular a distribuição territorial das famílias atendidas, as práticas cotidianas de funcionamento das cozinhas e as políticas públicas de segurança alimentar, a pesquisa evidenciou que o acesso à alimentação se realiza de forma desigual, seletiva e territorialmente situada.

Os mapas produzidos ao longo do estudo revelaram padrões distintos de atendimento, ora marcados por áreas de influência ampliadas e deslocamentos interbairros, ora por uma forte correspondência entre local de moradia e ponto de acesso às refeições. Essas diferenças expressam as múltiplas formas pelas quais o território condiciona as possibilidades concretas de acesso ao alimento, seja pela proximidade física, pela regularidade do atendimento, pelas condições de mobilidade ou pelas formas diferenciadas de presença dos equipamentos públicos e das ações governamentais nos diferentes bairros.

As observações de campo e o acompanhamento das rotinas das cozinhas comunitárias mostraram que esses espaços não se limitam à oferta de refeições prontas, mas se constituem como referências territoriais de cuidado, acolhimento e organização coletiva. As práticas observadas, desde o preparo dos alimentos até a distribuição, expressam formas de cooperação, trabalho compartilhado e construção de vínculos que sustentam a reprodução cotidiana da vida em contextos marcados por fragilidades estruturais. Esses elementos, embora pouco visíveis nos instrumentos formais de avaliação das políticas públicas, são centrais para a efetivação do direito humano à alimentação no cotidiano das famílias atendidas.

Nesse sentido, a pesquisa reforça a compreensão de que a fome se configura e se enfrenta no espaço vivido, onde se articulam desigualdades históricas, condições materiais e estratégias locais de sobrevivência. As cozinhas comunitárias analisadas constituem respostas concretas às demandas alimentares presentes nesses territórios, articulando o apoio do poder público municipal à capacidade de mobilização das organizações comunitárias. Os resultados mostram, contudo, que essa atuação institucional ocorre de forma parcial e diferenciada, fazendo com que o trabalho voluntário, as doações e as redes locais de solidariedade permaneçam fundamentais para a continuidade das atividades. Tal constatação não diminui a relevância das políticas de segurança alimentar, mas aponta para a necessidade de fortalecer a articulação entre

o poder público e as iniciativas comunitárias, reconhecendo o papel estratégico desses espaços na garantia cotidiana do acesso à alimentação.

Ao inserir-se no debate contemporâneo sobre produção do espaço e dinâmicas alimentares, esta pesquisa dialoga com estudos que analisam transformações socioespaciais ligadas à produção e ao consumo de alimentos, como o de Vieira et al. (2023). Se tais investigações mostram como diferentes atores, em distintos contextos, desafiam lógicas dominantes de organização da produção alimentar por meio da construção de espaços diferenciais, o presente estudo demonstra que, no interior da cidade, as desigualdades no acesso à alimentação também se estruturam territorialmente. Assim, o espaço urbano não se configura apenas como cenário onde a insegurança alimentar se manifesta, mas como dimensão ativa na conformação das possibilidades concretas de acesso e garantia do direito à alimentação.

A partir dessa compreensão, ao destacar a importância da dimensão espacial na análise da insegurança alimentar em uma cidade média como Santa Maria, o estudo amplia o debate geográfico sobre o direito à cidade e à alimentação, apontando para a necessidade de políticas sensíveis às especificidades socioespaciais. As cozinhas comunitárias, ao mesmo tempo em que revelam os limites de uma atuação estatal parcial e diferenciada, demonstram a força das práticas coletivas na sustentação da vida urbana, sugerindo que a segurança alimentar não depende exclusivamente da oferta de alimentos, mas também de condições estruturais que assegurem seu acesso regular e digno no cotidiano.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

BELLO, Enzo; OLIVEIRA, Fernanda Artimos de; MASCARELLO, Renata Piroli. Cozinhas solidárias e direito à cidade: dos movimentos sociais à política pública, uma análise a partir da Cozinha da Lapa, Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 83-108, jul./dez. 2023. https://doi.org/10.55663/RBDU.v09.i17-ART04.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 29 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023**. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14628.htm. Acesso em: 06 mar. 2026.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

GALINDO, Eryka; TEIXEIRA, Marco Antonio; ARAÚJO, Melissa de; RENNÓ, Lucio; LOURES, Larissa; PESSOA, Milene; MOTTA, Renata. Insegurança alimentar e desigualdades alimentares no Brasil no contexto da pandemia. **Opinião Pública**, Campinas, v. 31, e31114, 2025. https://doi.org/10.1590/1807-0191202531114.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011. https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HONÓRIO, Olivia Souza; PESSOA, Milene Cristine; GRATÃO, Lucia Helena Almeida; ROCHA, Luana Lara; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de; CANELLA, Daniela Silva; HORTA, Paula Martins; MENDES, Larissa Loures. Social inequalities in the surrounding areas of food deserts and food swamps in a Brazilian metropolis. **International Journal for Equity in Health**, v. 20, art. 168, 2021. https://doi.org/10.1186/s12939-021-01501-7.

IAMAMOTO, Mariana Oliveira; AZEVEDO, Danniel; DOMENE, Semíramis Martins Álvares; TEIXEIRA, Aline Rissatto. Análise das Cozinhas Solidárias nas regiões brasileiras: uma porta de entrada para Segurança Alimentar e Nutricional em territórios vulnerabilizados. **SciELO Preprints**, 2025. https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11376.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados**: Santa Maria (RS). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/santa-maria.html. Acesso em: 05 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência das Cidades** – REGIC 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LIMA, Mariana Nathália Gomes de; OLIVEIRA, Juliana Souza; LIRA, Pedro Israel Cabral de; COSTA, Emília Chagas; TAVARES, Fernanda Cristina de Lima Pinto; LEAL, Vanessa

Sá. Insegurança alimentar e desigualdades sociais em uma região metropolitana brasileira: Food insecurity and social inequalities in a Brazilian Metropolitan Region. **Saúde e Pesquisa**, v. 18, e13148, 2025. https://doi.org/10.17765/2176-9206.2025v18e13148.

LUNARDON, Kauan Arthur Fonseca. Cozinhas comunitárias e práticas socioespaciais de resistência: entre a luta cotidiana e os horizontes de transformação. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 19, n. 2, p. 100-117, 2023. https://doi.org/10.12957/tamoios.2023.76240.

RIBEIRO, Eloah Costa de Sant Anna; FERREIRA, Aline Alves; SALLES-COSTA, Rosana. Food insecurity in urban and rural areas of Brazil during the COVID-19 pandemic. **Revista de Saúde Pública**, v. 59, e26, 2025. https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2025059006453.

RIBEIRO, Eloah Costa de Sant Anna; RODRIGUES, Aléxia Vieira de Abreu; GHIGGINO, Luana Teixeira; CÂMARA, João Henrique Rabelo; SALLES DA COSTA, Rosana; FERREIRA, Aline Alves. Insegurança alimentar, meio ambiente e habitabilidade em domicílios situados nas áreas urbana e rural no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 12, e00089424, 2024. https://doi.org/10.1590/0102-311XPT089424.

ROCHA FILHO, José Mariano da. **A terra, o homem e a educação**: universidade para o desenvolvimento. Santa Maria: Pallotti, 1993.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTA MARIA (RS). **Mapa do Município de Santa Maria** – Distritos. 2018. Disponível em: https://urbanismo.santamaria.rs.gov.br/arquivos/baixar-arquivo/conteudo/D18-0-596.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

SANTA MARIA (RS). **Prefeito Rodrigo Décimo sanciona lei que torna Passo das Tropas o 42º bairro de Santa Maria**. 13 jul. 2025a. Disponível em: https://www.santamaria.rs.gov.br/governanca/noticias/29695-prefeito-rodrigo-decimo-sanciona-lei-que-torna-passo-das-tropas-o-42o--bairro-de-santa-maria. Acesso em: 05 out. 2026.

SANTA MARIA (RS). Secretaria de Município de Desenvolvimento Social. **Informações institucionais sobre a articulação dos equipamentos públicos de segurança alimentar**. Santa Maria, 2023.

SANTA MARIA (RS). Secretaria de Município de Desenvolvimento Social. **Registros institucionais das cozinhas comunitárias de Santa Maria/RS**. Santa Maria: Prefeitura Municipal de Santa Maria, 2025b.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIQUEIRA, Deyvison Lopes de; SANTOS, Albér Carlos Alves; NASCIMENTO, Bruno Jesus do; FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. Segurança alimentar e nutricional e agricultura urbana: uma estratégia de enfrentamento da fome de populações em situação de vulnerabilidade no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 19, n. 40, 2024. https://doi.org/10.5418/ra2023.v19i40.17869.

SPODE, Pedro Leonardo Cezar. **Pobreza e privação social na área urbana de Santa Maria, Rio Grande do Sul**: uma análise a partir dos usos do território. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/20536.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias**: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

VIEIRA, Sidney Gonçalves; ARZENO, Mariana Beatriz; OLIVEIRA, Giovana Mendes de; TRONCOSO, Claudis Alejandra. Producción y consumo alternativo de alimentos: la búsqueda de la producción de un espacio diferencial en casos de Argentina y Brasil. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 15, n. 28, p. 275-314, jan./jun. 2023. https://doi.org/10.15210/rmr.v15i28.23990.

VIEIRA, Yohana Pereira; GONZALEZ, Tatiane Nogueira; MELO, Luana Fernandes; LOURENZANI, Ana Elisa Bressan Smith; SAES, Mirelle; NOGUEIRA, Camila Castencio; PENTEADO, Júlia Oliveira. Inequities in the food consumption of the Brazilian population in the face of the COVID-19 pandemic. **Discover Public Health**, v. 22, art. 74, 2025. https://doi.org/10.1186/s12982-025-00456-2.